

DATA DA REUNIÃO: OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

Reunião : ORDINÁRIA

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS. -----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita uma declaração política sobre as ações promovidas pelo município para a promoção de hábitos de vida saudável, a qual se junta à presente ata. -----

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Santo Tirso é Município pioneiro na promoção de hábitos de vida saudáveis)

Comprometido com uma política de desenvolvimento sustentável, o Município de Santo Tirso deu, dia 5 de março, com a presença do secretário de Estado Adjunto e da Saúde, mais um passo no sentido de mudar um paradigma existente em Portugal no que diz respeito a cuidados com a Saúde.

Com o arranque do programa-piloto de Alimentação Saudável nas escolas e do programa de instalação de 47 novos bebedouros públicos, em parceria com o Ministério da Saúde, **o Município coloca-se na linha da frente em matéria de promoção de cuidados de saúde pela via da prevenção e não apenas na ótica da cura.**

Porque, na verdade, qualquer que seja o ponto de vista, **mais vale prevenir**, o executivo municipal de maioria PS tem vindo a pôr em prática um conjunto de medidas que procuram sensibilizar a população para a necessidade de hábitos de vida saudáveis, nomeadamente uma alimentação saudável, quando se sabe que um em cada 10 portugueses é obeso ou tem excesso de peso ou um em cada 10 é diabético e hipertenso.

O Plano Municipal de Saúde é, por isso, um instrumento absolutamente fundamental com vista a orientar as políticas públicas na área da Saúde, cujas ações concretas e práticas continuam a chegar à população de Santo Tirso, as mais recentes das quais dizem respeito aos dois programas-piloto destinados a prevenir doenças crónicas como a obesidade, a diabetes ou a hipertensão a partir das escolas.

Não foi naturalmente por acaso que o Ministério da Saúde escolheu Santo Tirso para dar o pontapé de saída num programa nacional de Alimentação Saudável e uma campanha de instalação de bebedouros públicos.

Fê-lo porque Santo Tirso tem dado especial atenção às questões ligadas à Saúde e tem em vigor um Plano Municipal de Saúde dirigido a toda a população, dos mais novos, como é o caso da alimentação saudável nas escolas, aos idosos, de que é exemplo, entre outros projetos e medidas, a criação pela primeira vez da Comissão Municipal de Apoio a Idosos e a Pessoas Dependentes.

À sua escala, o Município de Santo Tirso está, uma vez mais, a dar o exemplo para o todo nacional, contribuindo para alterar a forma como se olha para a saúde em Portugal. Se hoje somos uma gota, amanhã podemos, juntos, ser um oceano com a força para mudar o paradigma dos cuidados de Saúde em Portugal e melhorar a qualidade de vida da população.

Santo Tirso está a fazer a sua parte, a começar nos mais novos, com refeições escolares mais equilibradas e saudáveis, e a acabar em toda a população, com a campanha de sensibilização para o consumo de água pública, em vez do consumo de bebidas açucaradas, **ou o programa também pioneiro de redução do teor do sal nos alimentos**.

Juntos por uma alimentação saudável. Pela saúde de todos!

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 08 de março de 2018

Reunião : ORDINÁRIA

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
MINUTA DA ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE MARÇO DE 2018 – ATA Nº 5

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 22/02/2018
- 2 - Deliberação sobre o local da reunião da câmara municipal de 22/03/2018
- 3 - Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 26/02/2018:
Conhecimento
- 4 - IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana I.P. - Alteração à Operação de Loteamento sita em Vila das Aves - parecer da câmara municipal
- 5 - Proposta de atualização da Taxa Municipal de Urbanização para 2018
- 6 - Proposta de 2ª alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem
- 7 - Apoio à utilização dos transportes urbanos: Proposta de aquisição de títulos de transporte à sociedade TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso para efeitos de distribuição a estratos sociais desfavorecidos
- 8 - Proposta de celebração de Acordos de Execução com diversas Freguesias para limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros
- 9 - Proposta de atribuição de subsídio à Paróquia de Refojos para obras de restauro da igreja matriz
- 10 - Proposta de atribuição de subsídio à Paróquia de Areias para obras na igreja matriz
- 11 - Proposta de atribuição de subsídio para as festas de Nossa Senhora do Rosário - Vilarinho
- 12 - Proposta de celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Clube Desportivo das Aves - 2018
- 13 - Requerimento da sociedade Archee Madeira - Construções Lda- Pedido de declaração de interesse Municipal para efeitos de isenção de taxas



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

7

Santo Tirso, 5 de março de 2018

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/02/2018.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de fevereiro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

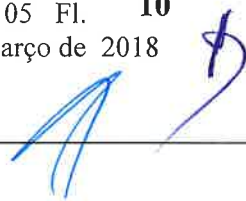
A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participou na discussão e votação da referida ata a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto, em virtude de não ter estado presente na respetiva reunião. -----

**2. DELIBERAÇÃO SOBRE O LOCAL DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE 22/03/2018.**-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, ao abrigo do artigo 6º do regimento da câmara municipal, e de modo a permitir uma maior aproximação do órgão executivo municipal aos munícipes e incentivar a participação do público nas reuniões, que a próxima reunião da câmara municipal, a realizar no dia vinte e dois do corrente mês de março, de caráter público, tenha lugar no edifício sede do Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga, Freguesia da Reguenga, sito na Rua do Rancho Típico, nº 185, da dita freguesia, procedendo-se à publicitação desta deliberação, nos termos e para os efeitos legais.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



3. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26/02/2018: CONHECIMENTO. -----

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal, realizada no dia vinte e seis de fevereiro findo, na qual foi aprovado o seguinte: -----

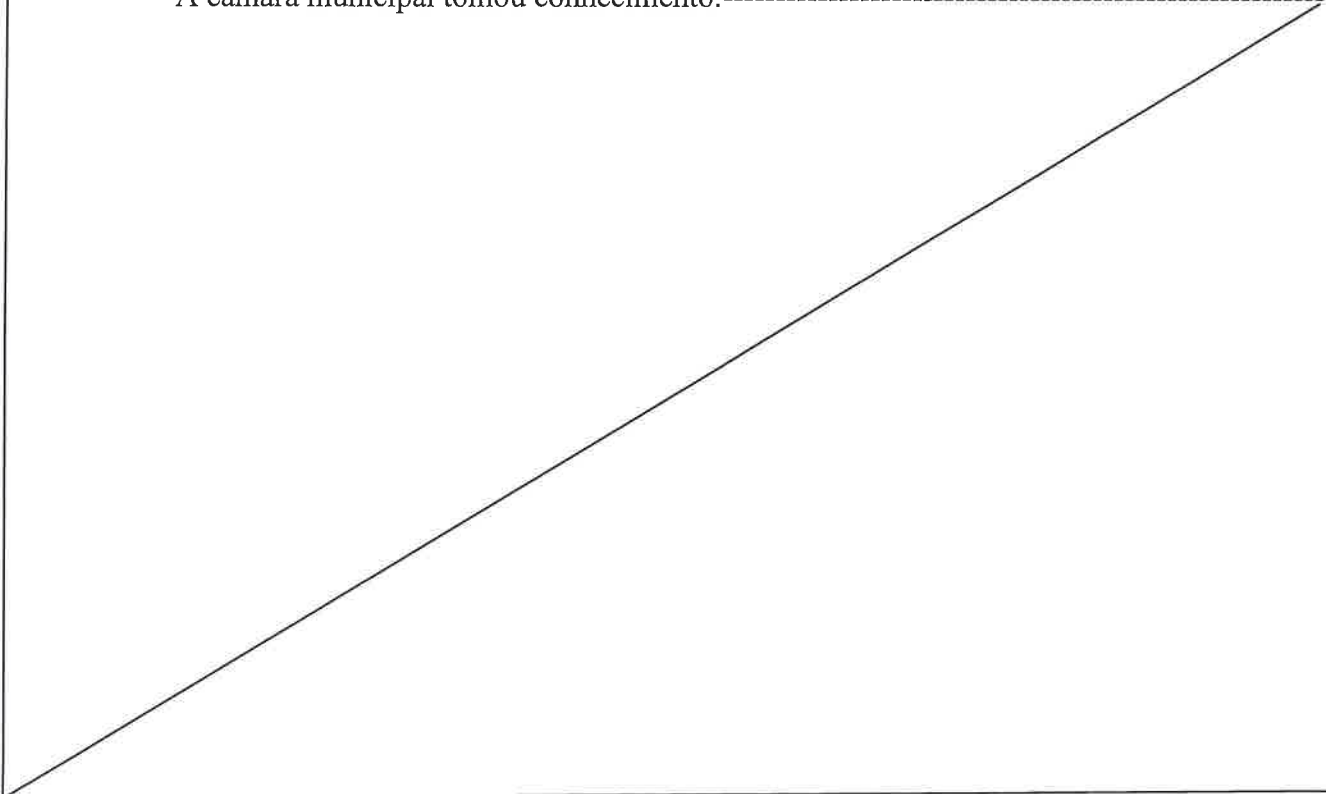
- Eleição de um novo membro para a Comissão Executiva Metropolitana do Porto; -----
- Aprovação das atas das sessões da assembleia municipal realizadas nos dias vinte e três de novembro e catorze de dezembro de dois mil e dezassete; -----
- Eleição do senhor José Mário Cunha Machado Guimarães para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santo Tirso; -----
- Apreciação de informação prestada pelo senhor presidente da câmara sobre a atividade municipal, situação financeira do município e processos judiciais pendentes; -----
- Tomada de conhecimento das declarações previstas no nº 1 do artigo 15º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
- Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Santo Tirso, relativo a 2017; -----
- Aprovação das alterações necessárias ao mapa de pessoal do município, para regularização extraordinária dos vínculos precários do município de Santo Tirso ao abrigo da Lei 112/2017, de 29 de dezembro; -----
- Designação dos júris para os procedimentos concursais relativos a titulares de cargos de direção intermédia; -----
- Ratificação dos contratos de subconcessão celebrados com a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária S.A., relativos às estações Ferroviárias de Santo Tirso e Vila das Aves; -----
- Autorização de delegações de competências na junta de freguesia de Roriz, para execução de obras de retificação e pavimentação da Rua D. Amélia Carrilho; -----

- Autorização para delegação nas freguesias das competências para execução de limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, nos termos da minuta de Acordo de Execução anexo à respetiva minuta, e autorização para a assunção de compromissos plurianuais com os Acordos que virem a ser celebrados; -----

- Autorização para delegação nas freguesias das competências para execução de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos respetivos espaços envolventes, nos termos da minuta de Acordo de Execução anexo à respetiva minuta, e autorização para a assunção de compromissos plurianuais com os Acordos que virem a ser celebrados;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento a levar a efeito pela sociedade MODULO 60 – Unipessoal Ld.ª, com a fundamentação constante da deliberação da câmara municipal de vinte e dois de fevereiro findo (item 18 da respetiva ata). -----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----





[Handwritten signature in blue ink]

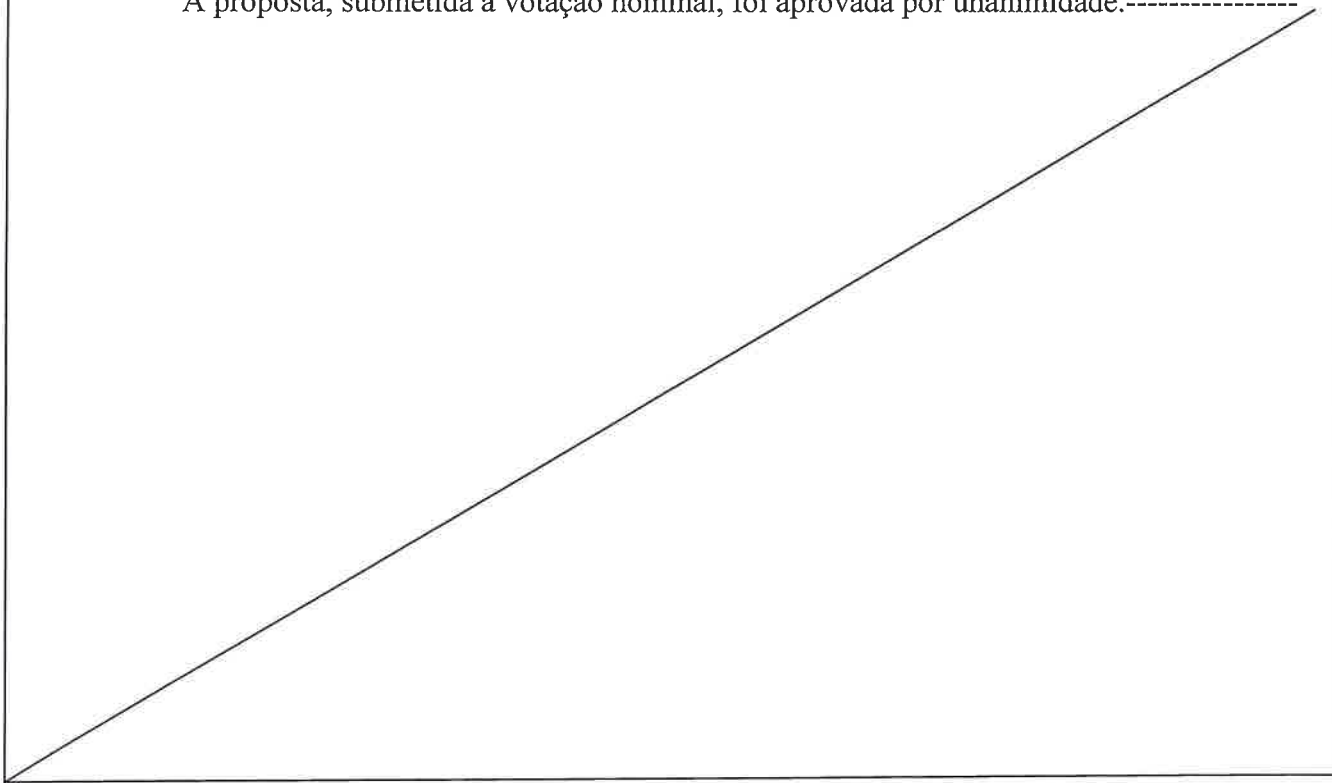
**4. IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA I.P. -
ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO SITA EM VILA DAS AVES - PARECER
DA CÂMARA MUNICIPAL. -----**

Presente o ofício de dezanove de maio de dois mil e dezassete, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, registado com o número doze mil novecentos e cinquenta e seis, a solicitar, nos termos do nº 4 do artigo 7º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, parecer da câmara municipal relativo à operação urbanística de alteração ao loteamento sito em Vila das Aves, onde está construído um bairro de habitações sociais. -----

O requerimento vem informado pela Divisão de Licenças e Urbanismo, conforme informação de catorze de agosto de dois mil e dezassete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à realização da operação urbanística em causa. ---

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



5. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO PARA 2018. -----

Presente informação da Divisão de Licenças e Urbanismo, datada de um de fevereiro findo, registada com o número mil cento e noventa e nove, a remeter proposta de atualização da Taxa Municipal de Urbanização para dois mil e dezoito, efetuada nos termos previstos no n.º 2 do artigo 6º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas. -----

A referida informação vem instruída com comunicação do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, de onze de janeiro último, registada com o número mil setecentos e vinte, a informar que o valor estimado do custo base de construção a que se refere o n.º 10 da Portaria 500/97, de 21 de julho, é de 435,20 €/m². -----

De harmonia com o critério de atualização previsto no referido Regulamento, a tabela de aplicação da TMU para o ano de dois mil e dezoito passa a ser a seguinte: -----

Habitação unifamiliar S≤250 m ²	Construção Geral		Indústrias e Armazéns
	S≤350 m ²	S>350 m ²	
2,31 €	3,05 €	6,83 €	9,14 €

O montante da taxa a cobrar é o que resulta do produto da superfície total de pavimentos (S) pelo valor da tabela da TMU, em função do objeto da operação, e do tipo do uso autorizado. -----

Da presente atualização resulta uma redução no valor da TMU a pagar. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a atualização da tabela de aplicação da TMU para dois mil e dezoito. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

6. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM. -----

Presente informação de um do corrente mês de março, do Serviço de Juventude e Voluntariado, registada com o número dois mil quatrocentos e trinta e sete, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de catorze de dezembro de dois mil e dezasseis (item seis da respetiva ata), o projeto de 2ª Alteração ao Regulamento Municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes nove folhas. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de 2ª alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, a contar da respetiva publicação no Diário da República, tudo nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Interveio na discussão deste assunto o senhor vereador Tiago Araújo, que deu uma explicação sucinta sobre os objetivos pretendidos com esta alteração. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

PROJETO DA 2.^a ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

I - Alterações

O preâmbulo e os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 11.º, 12.º, 13.º e 14.º do referido regulamento passam a ter a seguinte redação:

“Preâmbulo

A cidadania consiste no exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, estabelecidos na Constituição da República Portuguesa. A cidadania é, portanto, a consciência desses direitos e deveres, assim como a obrigação de os colocar em prática. Fruto desta consciência, a cidadania está intrinsecamente ligada com a participação social e política dos cidadãos, envolvendo-os nas decisões que os afetam.

Deste modo, os Orçamentos Participativos apresentam-se, hoje, como um símbolo da importância da participação dos cidadãos na sociedade democrática, sendo que a sua implementação responde a essa exigência, indo de encontro ao disposto no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa que prevê o aprofundamento da democracia participativa.

O Orçamento Participativo, como instrumento agregador das necessidades comuns, permite, ainda, adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos cidadãos. Contribuindo para o aumento da transparência da atividade da autarquia, bem como do nível de responsabilização dos eleitos locais e da estrutura municipal, reforça a qualidade da democracia.

A Constituição da República Portuguesa estabelece, no seu artigo 48.º, que “todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos”. Considerando que a democracia local será tão mais forte quanto mais participada for a intervenção dos cidadãos na gestão da vida pública, é relevante diversificar as formas de participação dos cidadãos, de modo a estimular uma sociedade civil forte e envolvida na definição das prioridades de ação municipal.

Assim, o Orçamento Participativo Jovem (doravante designado por OPJ) é um mecanismo de democracia participativa, voluntária, no âmbito do qual os jovens

podem dar o seu contributo para a definição das políticas do município de Santo Tirso, com a respetiva adequação orçamental.

O Jovem não limita a sua participação ao ato de votar para eleger o poder autárquico, envolvendo-se no processo de decisão sobre o investimento municipal, assegurando que, em parte, venha a corresponder às necessidades e expetativas próprias, manifestadas pela população.

A implementação do OPJ no município desde 2014 é consequência de uma gestão participada e informada, nos termos dos princípios e compromissos organizacionais relacionados com a aproximação da administração ao cidadão e com os valores da democracia participativa, constantes no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa.

É criada uma plataforma eletrónica que permite a participação on-line, de forma desmaterializada, visando-se, assim, chegar com mais eficiência ao seu público-alvo, a juventude.

Foram integradas, no presente regulamento, as Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem (doravante designadas por Normas de Participação), as quais visam definir os procedimentos relativos à participação no OPJ em cada edição, tendo sempre como normativo superior o presente regulamento.

O Orçamento Participativo Jovem é um processo que assenta, portanto, na consulta direta aos cidadãos mais jovens, estudantes, recenseados ou residentes no concelho de Santo Tirso, com vista à definição de prioridades de investimento municipal, uma vez que lhes é dada oportunidade de identificarem, apresentarem e atribuírem prioridades, através de votação, a projetos de superior interesse para o concelho, tendo em conta uma verba definida previamente.

O presente regulamento tem por lei habilitante o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O presente regulamento, na sua versão atual, foi submetido a consulta pública

Artigo 1.º

[...]

1. O OPJ, a promover pelo município de Santo Tirso, visa potenciar os valores da democracia participativa, constantes dos artigos 2.º e 48.º da Constituição da República Portuguesa, no concelho de Santo Tirso.

2. O OPJ contribui para o exercício de uma participação informada, ativa e responsável dos cidadãos mais jovens nos processos de governação do concelho, garantindo a sua intervenção na decisão sobre a afetação dos recursos existentes às políticas públicas municipais e promovendo assim uma melhor adequação destas às necessidades e aspirações da população.

Artigo 2.º

[...]

O OPJ coaduna-se com um processo de carácter deliberativo onde se apela à participação dos cidadãos mais jovens, concretamente na apresentação e priorização, através de votação, de propostas que visem o desenvolvimento sustentável do município.

Artigo 3.º

[...]

1. (...)

2. Essa participação tem como objetivo:

a) Adequar as políticas públicas às necessidades e expetativas dos cidadãos;

b) (...);

c) Consolidar a ligação entre a autarquia e os seus munícipes, incentivando a interação entre eleitos locais e os cidadãos, para melhorar a qualidade de vida no concelho, tendo em conta os recursos disponíveis;

d) Aprofundar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos locais e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia concelhia.

3. Além do referido nas alíneas do número anterior, o OPJ tem ainda por objetivos:

a) Contribuir para a educação cívica, ajudando a compreender a complexidade dos problemas, a finitude dos recursos e a necessidade de tomar opções que favoreçam o mais amplamente possível o bem comum;

b) Promover o diálogo entre os eleitos locais, técnicos municipais e jovens na procura das melhores políticas municipais, adequando os projetos e decisões, relativas à juventude, de acordo com as suas expetativas e recursos disponíveis;

c) (...).

Artigo 4.º

Âmbito Territorial

O âmbito territorial de aplicação do OPJ é o concelho de Santo Tirso.

Artigo 5.º

[...]

1. São destinatários do OPJ os jovens recenseados ou residentes no concelho de Santo Tirso, com idades compreendidas entre os doze e os trinta anos de idade, inclusive.
2. São ainda destinatários do OPJ os estudantes nas escolas do concelho que tenham entre doze e trinta anos de idade, inclusive, e com as quais a autarquia tenha estabelecido acordo de confirmação de inscrições.
3. Ficam impedidos de participar os jovens proponentes dos projetos vencedores nos OPJ's dos anos anteriores.

Artigo 6.º

[...]

O montante global a afetar ao OPJ, definido anualmente no âmbito do Plano Municipal de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos do município de Santo Tirso, é o que consta das Normas de Participação de cada edição.

Artigo 7.º

[...]

1. O OPJ permite aos jovens estudantes, recenseados ou residentes no concelho de Santo Tirso colaborar na definição e execução das políticas públicas do município de Santo Tirso.
2. A participação deve ser assegurada por mecanismos eletrónicos que promovam a utilização das tecnologias de informação e comunicação, com o apoio de técnicos devidamente habilitados, sem prejuízo de as propostas serem apresentadas publicamente, após validação, antes de submetidas a votação.

Artigo 8.º

[...]

1. As propostas só podem ser apresentadas por via eletrónica, mediante registo a efetuar na plataforma eletrónica do município de Santo Tirso.

2. A participação no OPJ rege-se pelo presente regulamento e pelas Normas de Participação a que se refere o artigo 14.º-D do presente regulamento.

Artigo 9.º

Inscrição e registo de propostas

1. O registo das propostas será efetuado em nome do responsável pela proposta, através da plataforma eletrónica do OPJ de Santo Tirso.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do presente regulamento, apenas é admitida a apresentação de uma proposta por cada jovem em cada edição.
3. No caso do mesmo jovem estar envolvido em várias propostas, apenas é considerada a primeira proposta a dar entrada.
4. As propostas devem ser enquadradas nas áreas temáticas elegíveis definidas nas Normas de Participação.
5. As propostas devem ser claras e precisas quanto ao seu âmbito e objetivo, a fim de permitir uma correta análise e orçamentação pela Comissão Técnica de Apoio e Análise.
6. No caso do mesmo texto incluir várias propostas, apenas será considerada a primeira das propostas.

Artigo 11.º

[...]

Anualmente são definidas as áreas temáticas elegíveis para efeitos de apresentação das propostas, as quais constam das Normas de Participação de cada edição.

Artigo 12.º

[...]

Independentemente do calendário específico que vier a ser definido para cada edição, o OPJ realiza-se anualmente e compreende as seguintes fases:

- a) Fase I – Avaliação do ano anterior e preparação do novo ciclo com a definição da verba a afetar ao OPJ, das áreas temáticas elegíveis, dos mecanismos de participação e da equipa de acompanhamento;

- b) Fase II – Informação e divulgação do processo do OPJ por todo o território municipal;
- c) Fase III – Elaboração e submissão das propostas ao OPJ de Santo Tirso;
- d) Fase IV – Análise técnica das propostas pela Comissão Técnica de Apoio e Análise e apresentação pública daquelas que se encontram em conformidade com o regulamento e suscetíveis de serem submetidas a votação;
- e) Fase V – Votação das propostas pelos jovens;
- f) Fase VI – Apresentação pública dos resultados.

Artigo 13.º

[...]

1. (...)
2. A Comissão Técnica de Apoio e Análise é composta pelo vereador da área da Juventude e por um representante de cada departamento da estrutura orgânica nuclear do município, a designar nas Normas de Participação.
3. (revogado)
4. (revogado)
5. Na fase de análise das propostas apresentadas, a Comissão Técnica de Apoio e Análise verifica a sua conformidade com o presente regulamento e com as Normas de Participação.
6. Caso se afigure necessário, as propostas poderão sofrer ajustes técnicos, para serem exequíveis, ou ser adaptadas, em resultado da semelhança de conteúdos ou proximidade geográfica entre elas, podendo originar a sua integração num só projeto de investimento.
7. As adaptações previstas no número anterior implicam sempre o diálogo prévio com o(s) proponente(s) respetivo(s) e o seu consentimento.
8. A coordenação da Comissão Técnica de Apoio e Análise é assumida por elementos que a integram.
9. As propostas admitidas são apresentadas publicamente e submetidas a votação.

Artigo 14.º

Critérios de análise das propostas

1. A análise das propostas obedece aos seguintes critérios:

- a) O valor, devendo a proposta ser enquadrada dentro do montante afeto ao OPJ, de acordo com o previsto no artigo 6.º do presente regulamento;
- b) A descrição pormenorizada da proposta, devendo, para tal, a proposta ser o mais completa e exaustiva possível, fornecendo toda a informação através do preenchimento de todos os campos;
- c) (revogada);
- d) (revogada);
- e) A especificidade e a delimitação no território municipal;
- f) A utilidade pública da proposta;
- g) O enquadramento da proposta em pelo menos uma das áreas temáticas elegíveis, de acordo com o estabelecido no artigo 11.º do presente regulamento.

2. Para validação das propostas, a Comissão Técnica de Apoio e Análise utiliza uma matriz de análise, elaborada em conformidade com o presente regulamento e as Normas de Participação.

3. Todos os proponentes que, cumulativamente, respeitarem os requisitos constantes da matriz prevista no número anterior, serão convocados para a apresentação pública das propostas, antes de estas serem submetidas a votação."

II – Revogação

São revogadas as alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 14.º, os n.ºs 3 e 4 do artigo 13.º, o artigo 10.º e o capítulo IV.

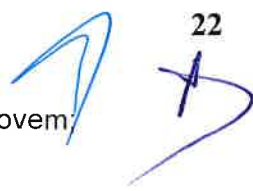
III – Aditamento

São aditados os artigos 12.º- A, 14.º- A, 14.º- B, 14.º- C, 14.º- D e 14.º- E, com a seguinte redação:

"Artigo 12.º-A

Comissão de Apoio Técnico

1. A Comissão de Apoio Técnico do Orçamento Participativo Jovem integra o OPJ.
2. A Comissão de Apoio Técnico é composta por técnicos dos serviços municipais, a designar nas Normas de Participação.
3. Compete à Comissão de Apoio Técnico do Orçamento Participativo Jovem:

- 
- a) Propor as alterações ao Regulamento do Orçamento Participativo Jovem;
 - b) Planear o desenvolvimento do OPJ;
 - c) Elaborar as Normas de Participação para cada edição do OPJ;
 - d) Elaborar a matriz de análise das propostas;
 - e) Acompanhar a execução das diferentes fases do OPJ;
 - f) Verificar a identidade e legitimidade dos participantes.

Artigo 14.º- A

Votação

1. A votação das propostas validadas pela Comissão Técnica de Apoio e Análise decorre na referida plataforma eletrónica.
2. A votação poderá ser ainda realizada, presencialmente, em locais que vierem a ser definidos pela câmara municipal.
3. As sessões presenciais de voto são acompanhadas por colaboradores da autarquia designados para o efeito.
4. O jovem só pode votar presencialmente se for acompanhado do respetivo documento de identificação pessoal.
5. Cada jovem só pode votar uma vez.

Artigo 14.º-B

Apoio à participação

Os esclarecimentos necessários à participação no OPJ podem ser obtidos junto dos serviços municipais designados nas Normas de Participação ou por consulta na plataforma eletrónica.

Artigo 14.º-C

Proposta(s) vencedora(s)

1. A(s) proposta(s) vencedora(s) corresponde(m) ao maior número de votos na Fase V, prevista na alínea e) do artigo 12.º, até ao limite da verba definida para cada edição do OPJ.
2. Em caso de empate na votação, prevalece a proposta que primeiramente tiver sido submetida na plataforma eletrónica.

Artigo 14.º-D

Normas de Participação

As Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem do Município de Santo Tirso, relativas a cada edição, são aprovadas por deliberação da câmara municipal e constam de documento autónomo.

Artigo 14.º-E

Informação e publicitação

1. Compete à câmara municipal assegurar os meios de divulgação adequados a garantir o acesso à informação e à participação alargada dos jovens.
2. Todas as informações relativas a cada edição do OPJ bem como referentes à execução da(s) proposta(s) vencedora(s), são publicitadas na Internet, no sítio institucional do município.”

IV - Republicação

É republicado em anexo, o Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Município de Santo Tirso, com a redação atual.

V - Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

7. APOIO À UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES URBANOS: PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE À SOCIEDADE TUST - TRANSPORTES URBANOS DE SANTO TIRSO PARA EFEITOS DE DISTRIBUIÇÃO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. -----

Presente informação conjunta das Chefes da Divisão de Mobilidade e Transportes e do Serviço de Apoio à Família, de dois do corrente mês de março, registada com o número dois mil quatrocentos e noventa e cinco, a propor que a câmara municipal, no âmbito das suas competências de apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, implemente medidas concretas de apoio à mobilidade e à acessibilidade a estratos sociais desfavorecidos e a portadores de condicionantes físicas, disponibilizando títulos de transporte dos TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda., a esses segmentos da população.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere a abertura de procedimento para aquisição de títulos de transporte à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda., durante o ano em curso, até ao montante máximo de 96.000,00 € (noventa e seis mil euros), mais IVA, para serem disponibilizados aos referidos estratos sociais, de acordo com os critérios previstos no n.º 7 da aludida informação, cuja aprovação igualmente se propõe.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 727/2018, de vinte e dois de fevereiro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM DIVERSAS FREGUESIAS PARA LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de um do corrente mês de março, registada com o número dois mil quatrocentos e nove, a remeter minutas de Acordos de Execução a celebrar com as freguesias de Agrela, Água Longa, União das Freguesias de Carreira e Refojos, União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, Monte Córdova, Negrelos (S. Tomé), Rebordões, Reguenga, Roriz, União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel), Vila das Aves e Vila Nova do Campo, que têm por objeto a delegação de competências para limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, nas vias municipais identificadas no anexo I de cada Acordo de Execução, que respeitam a minuta aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro último. -----

Os Acordos de Execução em causa retroagem os seus efeitos a vinte e dois de outubro último e vigoram pelo período do mandato dos respetivos órgãos deliberativos. -----

A assembleia municipal, pela mesma deliberação atrás referida, autorizou a assunção de encargos plurianuais com a celebração dos referidos Acordos de Execução. -----

O compromisso inerente ao montante da comparticipação financeira a transferir para cada uma das freguesias está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 488, 493, 501, 502, 505, 506, 507, 508, 513, 514, 515, 516 e 517. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar Acordos de Execução com as referidas Freguesias para a delegação de competências para limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, nos termos das minutas que se juntam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante (Anexos I a XIII), cuja aprovação igualmente propôs. -----

As referidas minutas ficam rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 05 Fl. 26
08 de março de 2018

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PARÓQUIA DE REFOJOS PARA OBRAS DE RESTAURO DA IGREJA MATRIZ. -----

Presente ofício de vinte de setembro último, da Paróquia de Refojos, registado com o número vinte e quatro mil duzentos e trinta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de restauro da igreja matriz, de modo a recuperar a sua estética setecentista. -----

O expediente vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de cinco do corrente mês de março, registada com o número mil duzentos e trinta e seis, que informa que a estimativa orçamental dos trabalhos a realizar é de 105. 851,46€ (cento e cinco mil oitocentos e cinquenta e um euros e quarenta e seis cêntimos), mais IVA, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município; -----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local, estando, na maioria das vezes, comprometidos com o desenvolvimento social; -----

Considerando que não se pode ignorar que a religião congrega, gera fenómenos comunitários organizados, que contribuem para a construção integral da sociedade; -----

Considerando ainda que a igreja matriz de Refojos faz parte do património arquitetónico e cultural do concelho de Santo Tirso, que importa preservar; -----

Considerando que o orçamento apresentado para as obras a realizar é aceitável face à natureza dos trabalhos a executar; -----

Considerando o teor da aludida informação técnica;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Paróquia de Refojos de Riba d'Ave um subsídio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) para ajudar a custear as despesas com as obras de restauro da igreja paroquial de Refojos de Riba d'Ave a pagar à medida da execução dos trabalhos. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 958/2018. -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 951/2018, de onze do corrente mês de março. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PARÓQUIA DE AREIAS PARA OBRAS NO TELHADO DA IGREJA MATRIZ. -----

Presente ofício de oito de fevereiro findo, da Paróquia de Santiago de Areias, registado com o número três mil seiscientos e setenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com as obras de reparação do telhado da igreja matriz, cuja estimativa orçamental é de 35. 559,28€ (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e nove euros e vinte e oito cêntimos). -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município; -----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade, estando, quase sempre, comprometidos com o desenvolvimento social; -----

Considerando o teor da informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e um de fevereiro findo, registada com o número dois mil e oitenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais; - -----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Santiago de Areias um subsídio no montante de 4.000,00 € (quatro mil euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da sua execução.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 957/2018. -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 950/2018, de sete do corrente mês de março. -----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 05 Fl. 30
08 de março de 2018

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – VILARINHO.-----

Presente ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário - Vilarinho, de vinte e seis de outubro último, registado com o número vinte e sete mil trezentos e sessenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realizam nos dias onze a catorze do próximo mês de maio. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho; -----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais; -----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário - Vilarinho no montante de 500,00 € (quinhentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário. -----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 959/2018.- -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 952/2018, de sete do corrente mês de março. -----

Reunião : ORDINÁRIA



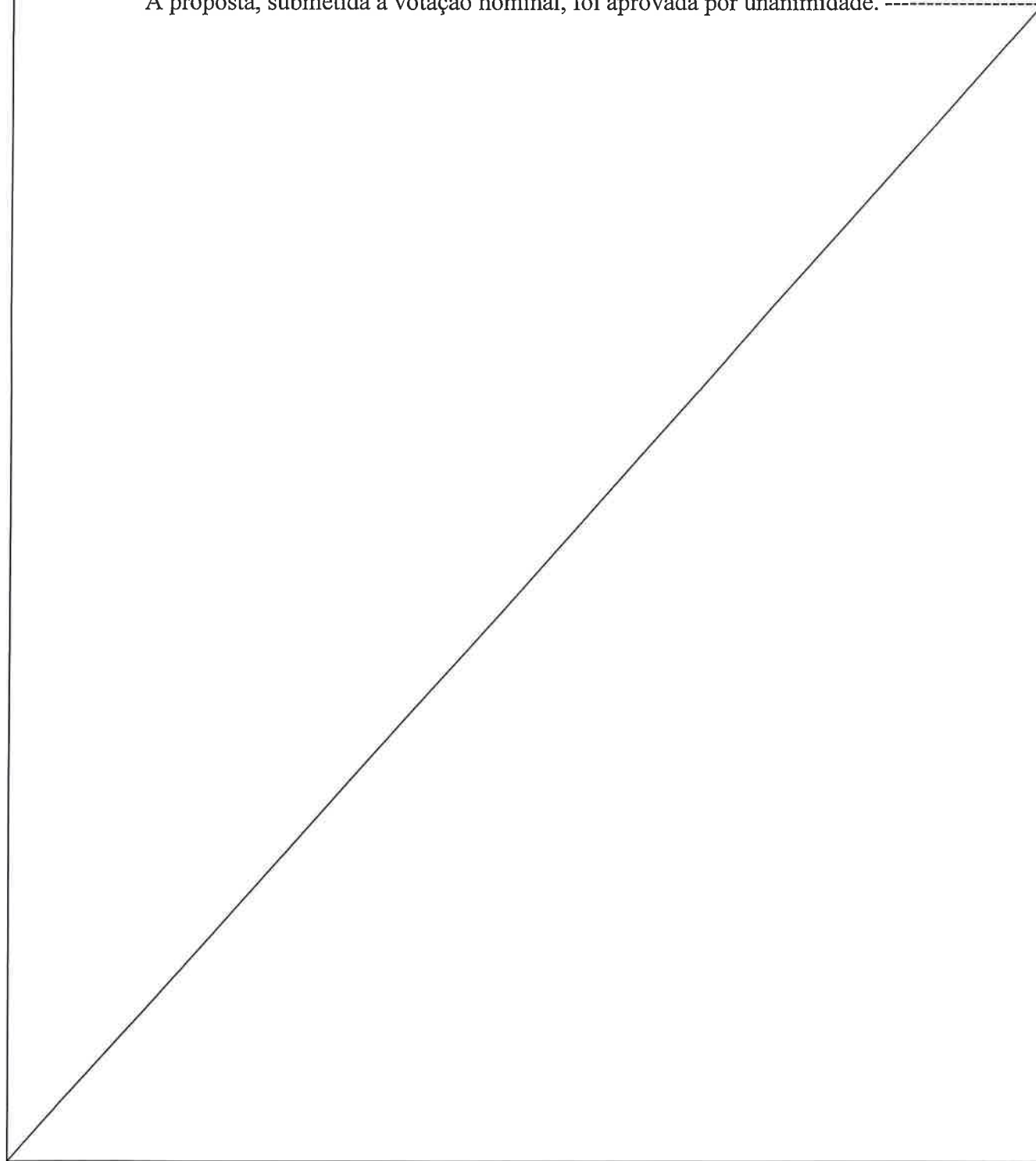
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 05 Fl. 32
08 de março de 2018

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DESPORTIVO DAS AVES – 2018

Presente requerimento de trinta e um de janeiro último, do Clube Desportivo das Aves, registado com o número dois mil oitocentos e setenta e dois, a enviar programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ano de dois mil e dezoito e a solicitar o respetivo apoio do município de Santo Tirso. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de dois do corrente mês de março, registada com o número dois mil quatrocentos e setenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente foi dito: -----

Considerando o enquadramento legal referido na aludida informação; -----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo identificado Clube, pessoa coletiva número 501 169 164;-----

Considerando os pressupostos que constam da minuta de contrato programa anexa à aludida informação; -----

Considerando o interesse público inerente ao programa de desenvolvimento desportivo que se pretende apoiar, cujos projetos e ações estão descritos na cláusula primeira da referida minuta e que fundamenta a celebração do respetivo contrato e atribuição, pelo município, de uma participação financeira;-----

Considerando que aquela instituição desportiva tem sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em vinte e oito de janeiro último, válida por três meses; -----

Considerando que a associação tem também a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança

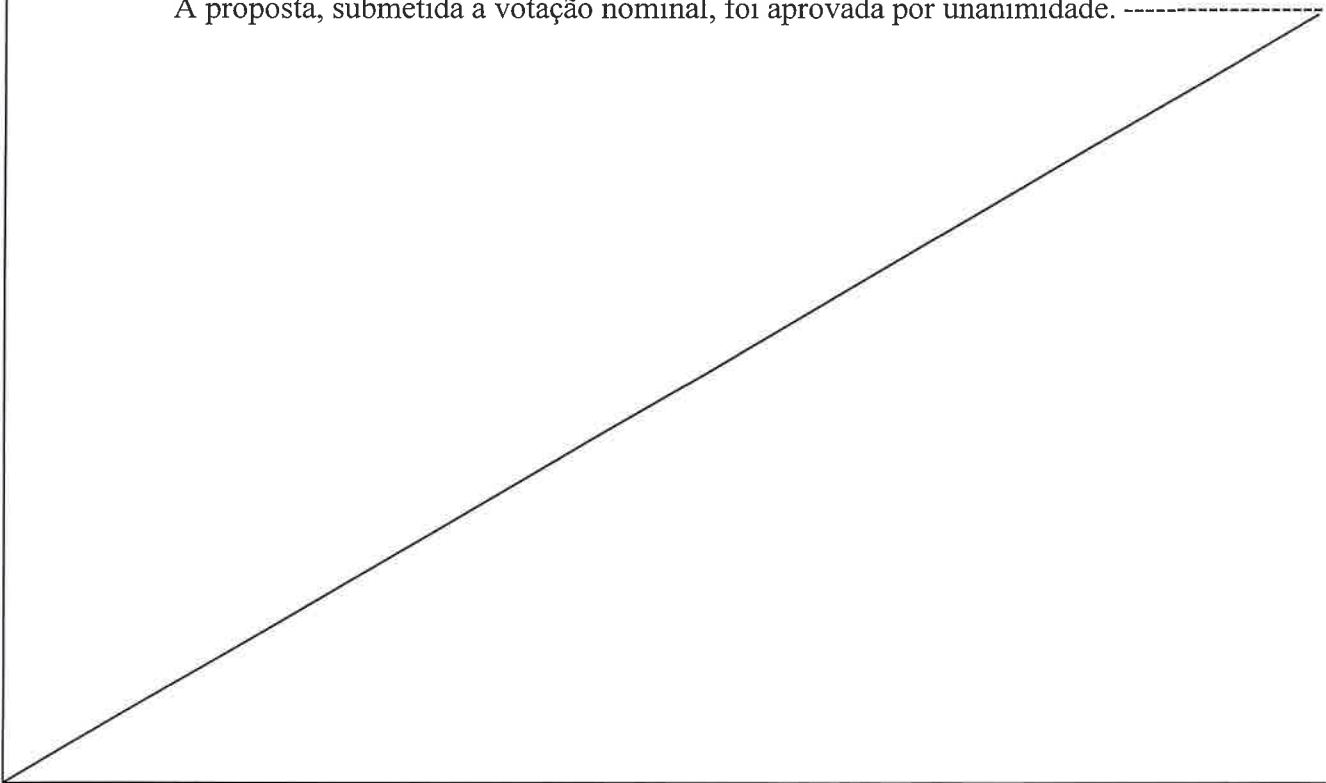
Social Direta, no dia oito do mesmo mês de janeiro, válida por quatro meses; -----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 120 000,00 € (cento e vinte mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIV da mesma, composto por dez folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante global da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 918/2018. -----

O compromisso a assumir com a celebração daquele contrato está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 870/2018, de dois do corrente mês de março. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





13. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE ARCHEE MADEIRA - CONSTRUÇÕES LDª- PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE TAXAS.-----

Presente requerimento de oito de janeiro último, da sociedade Archee Madeira – Construções Ld.ª, registado com o número quinhentos e cinquenta e sete, a solicitar a declaração de interesse municipal do seu investimento relativo à reabilitação de um edifício sito no gaveto das Ruas Nuno Álvares Pereira e Infante D. Henrique, na cidade de Santo Tirso, junto a um dos principais acessos à cidade de Santo Tirso, para efeitos de isenção de taxas pelos trabalhos de operações de limpeza, demolição e consolidação da estrutura do edifício.-----

O expediente vem informando pela Divisão de Mobilidade e Transportes, conforme informação de dezassete de janeiro último, registada com o número seiscentos e vinte, cujo teor aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

O montante das taxas a pagar relativamente ao pedido de intervenção em causa é de 13.708,80 € (treze mil setecentos e oito euros e oitenta cêntimos). -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida informação técnica, e ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, delibere reconhecer o especial interesse social, urbanístico, ambiental e económico para o concelho de Santo Tirso da intervenção em causa para efeitos da respetiva isenção do pagamento de taxas. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta minutos. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem trinta e seis folhas, e catorze documentos anexos (anexos I a XIII, relativos ao item oito; anexo XIV, relativo ao item doze), apenas utilizadas no anverso, que eu

Adriana Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 22/03/2018 conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas sele).-----

A Secretária,

Adriana Salgado